

A15255

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas

E-mail: roberto.simoes@ufes.br

Quintuplicaram os presos (15 mil) do ES nas 35 unidades prisionais, de 2002 a 2012. Em outubro, o déficit de vagas masculinas ultrapassava 2 mil

Presos e prisões

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso reacendeu a desde sempre constatação das “prisões medievais”. Motivou críticas por estar como gestor federal da política prisional, incluindo a de ministros do STF, pois o investimento é diminuto e descontinuado. Há reações às condenações do mensalão em regime fechado.

Nas ondas de violências em SP e SC, as prisões, mais uma vez, invertem a segurança e passam a ser centros de comando do “crime organizado”. Prospera via celular a interação criminosa entre quem está preso e quem está ou volta a estar solto nas “ruas” – e reincide.

Apesar de tudo isso ser conhecido, a situação nas prisões só se agrava. A quebra da “segurança” interna se amplia, corroendo o poder de Estado. Indefesa, a sociedade passa a clamar por “medidas fortes”. Elas seriam eficazes? Quem está preso se assemelha a quem é comandado nas gangues territoriais, matando e incendiando ônibus?

Dados desatualizados da Secretaria da Justiça do ES (“Relatório Março 2011”) sobre presos ajudam a explicar a persistente condição degradante das prisões, para além do espaço físico, e as reincidências: a) 79% deles têm de 18 a

34 anos. Destes, 50% têm de 18 a 24 anos, atestando um dos “futuros” da juventude; b) 66% não têm o ensino fundamental completo; com ensino superior completo, tão somente 0,4%. O acesso à educação se dá na prisão. Porém, o aprendizado na “escola do crime”, externo e interno, está sendo mais contundente.

Este único perfil disponível dos presos corresponde ao de todos criminosos? Os de maior renda e escolaridade, quando presos, ficam por pouco tempo nas “celas especiais”. Contudo, quintuplicaram os presos (15 mil) do ES nas 35 unidades prisionais, de 2002 a 2012. Em outubro passado, o déficit de vagas masculinas ultrapassava 2 mil. Até aquele mês, a entrada anual de presos por crimes com penas menores de 4 anos foi de 2.781, dos quais 42% por “furto” e 22% por “lesão corporal”. E as “penas alternativas”? O ES tem a 8ª maior taxa de encarceramento (355 por 100 mil habitantes); em 2010, era a 13ª. A 4ª maior é a de SP, onde está o PCC. O que gera o aumento galopante desta massa de encarcerados? Prender quem e para quê?

No “torturômetro” do TJES, não faltam denúncias de torturas; a última (março) teria sido praticada na penitenciária de segurança média de Xuri, Vila Velha. É possível outra prisão, sem impunidades, para todos? Ou é irreversível a sua transformação, apesar da “segurança máxima”, em “escritórios do crime?”